

O SISTEMA EDUCACIONAL NA R. F. A.

por
EBERHARD AXEL WILHELM

1. *Introdução: fundamentos gerais*

Dentro do sistema escolar da República Federal da Alemanha há uma mudança constante. Em todo o lado e a todos os níveis se fazem experiências e se introduzem reformas.

Consoante a Lei Fundamental, o «Grundgesetz», como se chama a Constituição da R. F. A., o sistema escolar, inclusive as escolas particulares, é fiscalizado pelo Estado. Todas as questões escolares são da competência dos estados federais, os «Bundesländer», entre os quais há várias diferenças neste aspecto. Para as equilibrar, encontra-se com regularidade a Conferência Permanente dos Ministros da Educação dos Estados Federais.

Na República Federal da Alemanha, a escolaridade obrigatória vai dos seis aos quinze anos de idade. Assim abrange nove anos escolares. Nalguns estados federais até já existe um 10.º ano obrigatório. As escolas públicas são gratuitas. Em parte, também a aquisição do material escolar, em especial a dos livros didáticos, não traz despesas para os alunos. Em caso de comprovada necessidade, estes, assim como os estudantes universitários, podem receber um subsídio conforme a Lei Federal de Fomento à Instrução — ou da Formação — (BAFÖG).

Segundo a Constituição, a religião é matéria obrigatória. Aos 14 anos, o estudante pode, no entanto, decidir, se quer ou não assistir a ele. Escolas confessionais inteiras, protestantes ou católicas, perderam ultimamente muito terreno. Na maioria dos estados federais predomina a «escola comum cristã».

2. *A fase pré-escolar: os jardins de infância, infantários, o pré-primário*

Os jardins de infância, os «Kindergärten», uma invenção alemã, que não pertencem ao sistema escolar público e cuja frequência é voluntária, desenvolvem a linguagem de crianças dos três aos seis anos, educam-nas socialmente, em grupo, ensinam-lhes jogos e estão também voltados para ocupações artísticas. A maior parte das crianças — em 1975 havia lugar para 67,4 por cento delas — frequenta o jardim durante a manhã e à tarde é supervisionada pelos pais. Existe também o jardim que funciona todo o dia para famílias nas quais ambos os pais trabalham. — Em fins de 1970, na R. F. A. havia 19.526 jardins de infância com 1.160.700 lugares para crianças dos três aos seis anos. Em 1969, havia 2.080 infantários, dos quais 1.173 eram particulares, onde, em contraposição aos jardins de infância, as crianças estão durante o dia inteiro, oferecendo 74.500 lugares. — Normalmente, os jardins de infância são mantidos por municípios, igrejas, associações, empresas ou até particulares. Em 1975, cerca de 75 por cento dos jardins de infância estavam na mão de acções caritativas ou particulares ou de pessoas, sobretudo da organização católica Caritas. Esses jardins eram, porém, subvencionados consideravelmente pelo poder público, mas mesmo assim os pais tinham de pagar mensalidades de quinze a 80 marcos, nalguns casos ainda muito mais, enquanto a frequência em todas as escolas públicas é gratuita.

Um tipo especial é o pré-primário que prepara as crianças para a escola. Na fase pré-escolar, aos poucos desenvolvem-se

mais as actividades intelectuais e sociais e executa-se mais uma educação compensatória.

3. *A escola fundamental — do 1.º ao 4.º — ou 6.º — ano*

Aos seis anos, todas as crianças entram na escola primária — agora «escola fundamental» ou «sector primário do ensino» — que dura quatro anos. Em Brema, Berlim Ocidental e Hamburgo dura seis anos.

Como o jardim de infância, também a escola fundamental deve contribuir para eliminar danos de ambiente. Com cursos suplementares para alunos fracos ou com atraso linguístico — em parte também para filhos de trabalhadores estrangeiros — procura-se atacar esse problema.

Nos últimos anos houve grandes modificações quanto à forma e ao conteúdo do ensino na escola fundamental. O ensino frontal e o castigo físico foram eliminados e na maioria delas a ordem dos lugares agora é livre. Podem-se formar pequenos grupos. O ensino é diferenciado. Em vez do «ensino global» para os iniciantes, no qual todas as matérias eram abordadas, foi introduzido um ensino orientado mais cientificamente, segundo as diversas disciplinas.

Na maior parte das escolas fundamentais aplica-se agora «o método do ensino global», no qual a criança aprende inicialmente por palavras e até por frases inteiras, através das quais começa reconhecer aos poucos as letras isoladamente, analisando-as.

Certos pesquisadores acham que tal sistema propicia a legastenia — a dificuldade da leitura e escrita.

A matemática moderna substituiu a aritmética. Já nos primeiros anos escolares se transmitem também os conceitos básicos das ciências naturais.

Nalguns estados federais já no 3.º e 4.º anos do ensino fundamental se inicia o ensino de línguas estrangeiras que é geralmente o inglês, às vezes o francês.

Depois, os alunos têm três opções.

4. *A escola principal — do 5.º ao 9.º — ou 10.º — ano*

Durante mais cinco anos, um pouco mais da metade dos jovens vai à «escola principal», onde, na maior parte das vezes, aprendem uma língua estrangeira, normalmente o inglês. Outras disciplinas são matemática, física, química, história, ciências sociais e, desde há pouco, também «teoria do trabalho». Depois, começam uma profissão, visitando em paralelo até aos 18 anos uma escola profissional obrigatória para futuras actividades nos campos artesanal e industrial.

5. *A escola real, média ou preparatória profissional — do 5.º — ou 7.º — ao 10.º ano*

A segunda opção é a «escola real», também chamada «escola média» ou mais recentemente «escola preparatória profissional» que tem maior afluência entre todos os tipos de escola.

O número dos alunos aumentou 238.000, em 1950, para 915.000, em 1971, e para 1.260.000, no ano lectivo de 1974/75. Nesse espaço de tempo aumentou, portanto, em cinco vezes.

Esta escola pode ser frequentada durante seis anos — em Brema, Berlim Ocidental, Hamburgo e na Baviera são muitas vezes quatro anos — depois dos quatro — ou seis — da escola fundamental. Os alunos atingem um curso de nível médio que abre caminho a escolas especializadas mais elevadas. A conclusão da escola real dá entrada para carreiras de nível médio na economia privada e na administração pública. Dez por cento dos concluintes mudam para o liceu.

A escola real é a escola da classe média. É frequentada pelos filhos de comerciantes e pequenos industriais, servidores e funcionários públicos. Ultimamente desenvolveu-se como escola de ascensão para filhos de operários e agricultores.

Os alunos deste tipo de escola têm obrigatoriamente de aprender uma língua estrangeira, o inglês, e optativamente uma segunda, quase sempre o francês. Importante é o ensino da

matemática e das ciências naturais. Proporcionam-se diversas disciplinas preparatórias à vida profissional como estenografia, dactilografia e fundamentos de contabilidade o que sucede igualmente em muitas escolas principais. A escola real começa a diferenciar-se em três tipos diferentes, o técnico, matemático, o artístico-pedagógico e o económico.

As raparigas representam mais de metade do número de matrículas. Procuram uma preparação para as profissões de escritório e sócio-hospitalares, ao passo que os rapazes aspiram normalmente actividades comerciais ou técnicas.

6. *O liceu — do 5.º — ou 7.º — ao 13.º ano*

A terceira opção, o liceu, dura mais nove anos — em Berlim Ocidental sete — depois dos quatro básicos e é a escola de elite, quase sempre reservada para os filhos da classe superior, marcada pelo espírito humanístico. O seu exame final, o «certificado de madureza», o «Reifezeugnis» ou «Abitur», dá direito, em princípio, ao acesso às escolas superiores. Dado o aumento espantoso de concluintes do liceu — de 1965 a 1976 de 48.000 para 183.000 — introduziu-se o «*numerus clausus*» em certas matérias universitárias. Há três tipos principais de liceus: o de línguas vivas, o de línguas mortas — ou antigas — e o de ciências naturais e exactas. Existem ainda o liceu de economia e o liceu técnico.

O liceu sofreu as maiores modificações de todas as escolas. Partindo do Acordo Geral de Saarbrückem, de 1960, mudou-se primeiro o seu grau superior, do 11.º ao 13.º ano escolar, ou Grau Secundário II, limiando o número das disciplinas do exame de conclusão do curso concentrando a quantidade crescente das matérias, aprofundando sectores isolados, seleccionados exemplarmente. Depois, reformaram-se os currículos do grau inferior e médio, o Grau Secundário I.

No início, só nalgumas escolas experimentais, no ano lectivo de 1972/73 em dez por cento e no ano lectivo de 1974/75

já em 45 por cento de todos os liceus da República Federal da Alemanha, o grau superior, os últimos três anos, foi completamente modificado. Dissolveu-se a unidade de classes. O ensino é ministrado em cursos de carácter colegial. Os alunos escolhem duas disciplinas, que mais correspondam ao seu talento e à sua inclinação, como «disciplinas de rendimento», nas quais têm um grande número de aulas. No fim do grau superior, já chegam quase ao nível do ensino superior. — Essas duas disciplinas e mais duas outras constituem mais tarde as quatro disciplinas para o exame de conclusão de curso. Para evitar unilateralidade, o aluno tem de incluir os três sectores temáticos principais, línguas/arte, matemática/ciências naturais e história/ciências sociais na sua escolha. Nos liceus reformados ensinam-se agora também disciplinas que antigamente não existiam aí: psicologia, pedagogia, filosofia, técnica e economia. Em vez das classificações de um a seis — a nota alta era a pior — vigora um sistema de pontos no exame de conclusão do curso secundário. Deficiências numa disciplina podem ser compensadas por um maior número de pontos noutra disciplina. O novo sistema de disciplinas quebra p. ex. a predominância, tantas vezes criticada, de formação verbal filológica no liceu.

7. *Inovações no sistema escolar*

7.1 *O curso de orientação — o 5.º e 6.º anos*

Uma inovação no ensino constitui a selecção dos alunos por pontos, após o último ano na escola fundamental. Já não há exame para entrar na escola real e no liceu. Acha-se, no entanto, difícil apreciar a aptidão dum aluno de dez anos para uma ou outra forma escolar. Por isso, já desde fins da década de 50, principalmente nos estados federais de Hesse e da Baixa Saxónia, começaram-se a fazer experiências com um curso de orientação. Correspondente ao ciclo preparatório português, no 5.º e 6.º anos escolares, que nas disciplinas principais eram organizados com grupos de rendimento, comprovava-se a apti-

dão das crianças para as seguintes formas escolares. Assim, a selecção é adiada por dois anos e o curso de orientação, «livre de forma escolar», é a base do Grau Secundário I ou grau básico da escola integral. Em 1974/75, este curso foi frequentado por 121.800 alunos — em 1973/74 por 79.000.

7.2 *A escola integral — do 5.º ao 13.º ano*

A escola integral, outra inovação no ensino, foi igualmente introduzida em fins da década de 50, no estado federal de Hesse, no princípio só em três escolas experimentais. O seu número aumentou para mais de 150, em 1975. Este novo tipo de escola tem como variantes a escola cooperativa, na qual as três formas escolares existentes — escola principal, escola real e liceu — são reunidas aos poucos, e a escola global integral, na qual a diferenciação entre as três formas escolares tradicionais estão superadas. Todos os alunos têm ensino global conjuntos. Nenhum deles pode ser reprovado. Transmitem-se cursos de formação geral e em parte também cursos profissionais. Na maior parte das escolas globais integradas as disciplinas principais são ministradas como cursos de rendimento de nível variado. De acordo com a escolha do curso e o rendimento, o aluno recebe um atestado correspondente de qualificação, após o 10.º, respectivamente 13.º ano escolar.

No ano lectivo de 1973/74, havia 119.000 alunos — no ano lectivo de 1974/75 143.000 — na R. F. A. que frequentavam a escola integral. — a maior crítica contra o sistema das três opções visa a sua «impermeabilidade»: a criança tem de escolher cedo demais o seu rumo para a vida profissional, porque uma opção, uma vez escolhida, não se muda facilmente. Neste aspecto, a «escola integral» poderá ajudar. Englopa em si os três tipos tradicionais de escolas, indo da 5.ª classe até ao final do liceu. Aí, o aluno pode inscrever-se segundo as suas capacidades em curso com graus de exigência diferentes.

Numa série de artigos da revista semanal «Der Spiegel», no 2.º quartal de 1980, foca-se a questão das escolas integrais, aliás bastante criticadas, na R. F. A., que talvez melhor se denominem de escolas conjuntas, «Gesamtschulen». Neste presente ano, são frequentadas por 233.000 ou 2,4 por cento dos 9,8 milhões de alunos. — Segundo o semanário referido existem, de momento, as seguintes três variantes principais:

1 — A escola conjunta aditiva, «additive Gesamtschule», na qual persiste o sistema escolar tripartido, as escolas principal, real e o liceu, com professores e currículos diferentes, três directores e independência jurídica dum tipo de escola do outro, mas por baixo dum telhado, num centro escolar, «Schulzentrum», e com certas instalações comuns às três escolas básicas, p. ex. salas de química, música e ginástica.

2 — A escola conjunta cooperativa, a «Kooperative Gesamtschule», que tem normalmente um curso ou grau de orientação ou de fomento, «Orientierungsstufe» ou «Förderstufe», o 5.º e 6.º anos, comum às três escolas básicas, que se separaram a partir da 7.ª classe, embora colaborem. Harmonizam-se os horários das matérias principais para, p. ex. em inglês, os melhores discentes da escola real poderem ser instruídos juntos com os mais fracos do liceu.

3 — A escola conjunta integrada, «integrierte Gesamtschule», que abrange geralmente a 5.ª até à 10.ª classe, o Grau Secundária I, «Sekundarstufe I», em três sub-graus escolares, 5.ª/6.ª, 7.ª/8.ª e 9.ª/10.ª classes e que suprime o sistema escolar tripartido.

Nestes seis anos, os alunos estudam em cursos, «Kurse», em dois a quatro níveis diferentes em dificuldade conforme os estados federais: em Hesse e na Baviera A, B. e C — A é o nível mais alto —; em Berlim F, curso de adiantados, «Fortgeschrittenenkurs», E, curso complementar, «Erweiterungskurs», G, curso fundamental, «Grundkurs», e A, curso construtivo, «Aufbaukurs»; na Renânia do Norte-Vestfália G, curso fundamental, «Grundkurs», e E, curso complementar, «Erweite-

rungskurs»; e em Hahburgo I e II. De meio em meio ano, os discentes sobem ou descem de curso ou continuam nele.

O Grau Secundário II, «Sekundarstufe II», do 11.º ao 13.º anos, segue como grau superior liceal ou grau colegial, este último com um ensino de formação profissional.

A escola conjunta oferece instrução essencial, «Kernunterricht», nas disciplinas como ciências sociais, biologia, desporto e música; cursos de rendimento, «Leistungskurse», também denominados de instrução de rendimento em disciplinas, «Frachleistungsunterricht», nas disciplinas principais tradicionais como matemática, alemão e inglês; instrução obrigatória optativa, «Wahlpflichtunterricht», p. ex. na segunda língua estrangeira; e instrução facultativa, «Wahlunterricht», em disciplinas, nas quais o aluno deve seguir os seus interesses e inclinações especiais.

Na primeira metade de 1980, em Hesse há 65 escolas conjuntas integradas, na Renânia do Norte-Vestfália 30, em Berlim 25 e em Hamburgo 21. Cerca de 90 por cento das 174 escolas conjuntas integradas existentes na R. F. A. foram instaladas em estados federais com Governos sociais-liberais ou sociais-democratas. Naqueles com Governos democratas-cristãos, como actualmente na Baixa Saxónia, há treze escolas conjuntas integradas que se implantaram ainda no tempo do seu Governo social-democrata. Existem ainda três escolas conjuntas integradas na Baviera, das quais uma vai fechar agora, sete em Baden-Wurtemberg, três na Renânia Palatinado, dois em Schleswig-Holstein e igualmente dois no Sarre.

8. *A escola especial para deficientes físicos e mentais*

Além das escolas principal, real e do liceu, há várias escolas especiais para deficientes físicos e mentais. O número das escolas especiais duplicou-se entre 1960 e 1970. Nesta década aumentou também para mais do que o dobro o número dos seus alunos (1961: 145.000, 1971: 345.000, 1975: 384.000). O número

dos professores subiu de 6.200, em 1960, para 31.000, em 1975. Assim, diminuiu consideravelmente a quantidade de alunos em cada classe.

9. *A segunda via de instrução*

Há também a «segunda via de instrução» para aqueles que pretendem ou só podem concluir a sua instrução mais tarde. Aqueles, que já trabalham, podem visitar liceus nocturnos, onde recuperam, com sacrifício, o exame final em três a seis anos.

10. *Os professores escolares*

Cada espécie de escola na R. F. A. exige professores com uma formação especial. Todos têm que passar pelo ensino superior. Os futuros docentes das escolas primárias e principais estudam normalmente durante seis semestres numa das Escolas Superiores Pedagógicas que geralmente fazem parte das universidades ou escolas superiores integrais. Os futuros professores das escolas reais e dos liceus cursam a universidade durante bem mais tempo.

No fim, todos têm de fazer um exame e após o estágio um segundo, sendo depois nomeados geralmente efectivos do funcionalismo público. Os seus vencimentos chegam a ser o dobro do salário médio de todos os assalariados, elevando os professores a um nível financeiro melhor do que os docentes noutros países da Europa. Enquanto durante muito tempo havia falta de professores, tal hoje só acontece em relação aos docentes liceais dalgumas matérias e já existem professores desempregados.

11. *A formação dual: a aprendizagem (prática) — de dois a três anos e meio — e a escola profissional (teórica) — três anos*

Depois de acabarem a escola principal, 25 por cento dos seus alunos entram numa escola subsequente, ao passo que 75 por cento passam à vida profissional. Quase a metade deles tira um curso profissional. Tornam-se aprendizes que actualmente são 1,3 milhões de jovens. Há cerca de 470 profissões reconhecidas, para as quais uma aprendizagem é necessária. Dois terços dos aprendizes masculinos tiram a sua aprendizagem profissional em só vinte profissões e das jovens até 90 por cento escolhem apenas vinte profissões. Os rapazes querem ser mecânicos de automóveis e de motores, assim como electricistas, e as raparigas preferem ser vendedoras, cabeleireiras e secretárias.

No sistema de formação dual, característico para a República Federal da Alemanha, os jovens passam ao mesmo tempo pelo treinamento prático na empresa e pelo ensino teórico na escola profissional. Assim, a economia privada e o Estado têm a mesma responsabilidade pela formação profissional. Conforme a profissão, a formação prática dura dois a três anos e meio, facultando ao aprendiz uma remuneração que sobe de ano em ano. As normas referentes à aprendizagem são decretadas pelo ministério federal competente, segundo sugestões das associações económicas, organizações empresariais e sindicatos de trabalhadores.

Ao fim da formação profissional, o aprendiz tem de sujeitar-se a um exame perante comissões dos órgãos da auto-administração da economia (Câmara de Comércio e Indústria e Câmara Artesanal). O júri destas comissões constitui-se dum representante dos órgãos patronais, dum dos trabalhadores e dum professor de escola profissional.

Nas grandes empresas existem oficinas-escola próprias, onde a aprendizagem é dirigida por instrutores treinados. Mais de 50 por cento dos aprendizes tiram a sua formação profissional

em pequenas empresas com maximamente 50 assalariados. Geralmente são demasiado especializadas para poderem transmitir conhecimentos diversificados. Desde 1973 estão-se por isso a criar instituições de formação profissional supra-empresarial, onde os jovens podem ampliar os seus conhecimentos.

Em paralelo ao seu treinamento na empresa, o aprendiz tem de participar, durante três anos, em oito a dez horas de aulas por semana — na maior parte dos casos é apenas num dia da semana e com muitas vezes menos de oito horas de aula — numa escola profissional, onde estuda as matérias consoante à especialização profissional dele.

Tira também economia, ciências sociais, política, teoria cultural e religião. No fim, certifica-se o aproveitamento positivo num diploma.

A frequência da escola profissional exige-se também aos jovens que ainda não tenham completado os 18 anos e que não vão a outras escolas. Exercem trabalhos, para os quais não precisam de conhecimentos especializados.

Consoante a especialização dos aprendizes, há vários tipos de escolas profissionais, as industriais, de comércio, de economia doméstica e agrícolas. As grandes empresas têm escolas profissionais próprias. São controladas, reconhecidas e subvencionadas pelo Estado.

12. *A escola de especialização profissional — um ano*

Além disso, existem escolas de especialização profissionais de tempo integral, aonde o estudante vai diariamente, pelo menos durante um ano. Preparam o aluno para profissões de comércio, da economia doméstica, assistência social e da administração. Ao mesmo tempo conferem o diploma do nível médio da escola secundária, legitimando os jovens a continuarem depois noutro tipo de instrução. A frequência de cursos de maior duração pode levar à dedução do tempo de treinamento na empresa ou até à substituição de toda a aprendizagem nesta.

Em 1950, essas escolas tinham só 88.000 alunos. O seu número subiu para 140.000, em 1960, e alcançou 240.000, em 1975.

13. *A escola secundária especializada — o 11.º e 12.º anos*

A escola secundária especializada, por sua vez, aceita estudantes da escola real — com o nível médio do secundário — e engloba o 11.º e 12.º anos escolares. Ministram-se disciplinas de cultura geral, disciplinas técnicas, científico-económicas ou médico-assistenciais.

No primenro dos dois anos, o jovem recebe formação prática especializada, em oficinas da própria escola e como praticante numa empresa. A formação prática estende-se pelo menos por quatro dias por semana. O ensino pode ser ministrado até pela metade em oficinas empresariais ou de propriedade das escolas. A parte restante do ensino é dada nas empresas. No segundo ano ensinam-se só matérias teórico-científicas, durante trinta horas semanais de ensino especializado e de cultura geral. Disciplinas obrigatórias são alemão, ciências sociais, matemática, ciências naturais, uma língua estrangeira e educação física.

Esta escola secundária especializada — por outros denominada de escola especial superior —, aprovada em 1968 e em funcionamento desde 1970, tinha 86.500 alunos, no ano lectivo de 1974/75. Além dos concludentes das escolas reais (= escolas preparatórias profissionais) aceitam também concluintes do 10.º ano da escola principal.

14. *A Escola Superior Especializada — a partir do 13.º ano*

Concluindo a escola secundária especializada, o jovem pode entrar na Escola Superior Especializada, onde recebe uma formação especializada em vários campos, à base científica e artística. Concede o grau correspondente à técnico graduado, p. ex. Engenheiro Graduado.

Se o concluinte depois não entrar na vida profissional, pode continuar a estudar na universidade.

15. *A escola profissional básica ou o ano de formação básica profissional — o 10.º ano.*

Consoante o programa de política educacional, pretende-se ou aumentar a escola secundária obrigatória por mais um ano, até à 10.ª classe, ou criar, a nível da República Federal da Alemanha, o que é mais provável, a escola profissional básica de tempo integral durante um ano — por outros denominado de «ano de formação básica profissional» —, como existe já nalguns estados federais.

No ano lectivo de 1973/74, era frequentada por 14.000 e no ano seguinte por 20.000 alunos.

16. *As escolas superiores: vários tipos*

A mais antiga das universidades da República Federal da Alemanha, a Universidade de Heidelberg, foi fundada em 1386, e muitas outras universidades já têm mais de 500 anos. Mas existem também universidades bastante recentes. Nos últimos quinze anos fundaram-se mais de vinte.

Os gastos com as escolas superiores elevaram-se de 3,5 bilhões de marcos, em 1965, para 14,4 bilhões, em 1976, exclusivo as bolsas de estudo.

Em 1950, só seis por cento duma geração entrava na universidade, ao passo que hoje são 25 por cento. Ampliam-se as antigas e instalam-se novas universidades, duplica-se o pessoal docente e multiplicam-se os orçamentos universitários dentro de dez anos. Criaram-se 218.000 vagas nas universidades, entre 1971 e 1977, com custos de 16,4 bilhões de marcos. Hoje, 25 por cento das vagas foram criadas nos últimos cinco anos.

Em meados de 1979, existiam 221 escolas superiores, na R. F. A., entre elas 81 escolas superiores científicas, 35 univer-

sidades, nove escolas superiores ou universidades técnicas, oito escolas superiores equivalentes — dentre das últimas uma escola superior das forças armadas —, bem como 18 escolas superiores de pedagogia e onze escolas superiores eclesiásticas ou filosófico-teológicas.

Havia ainda onze escolas superiores integrais, dentre as quais uma universidade aberta — por correspondência —, uma escola superior das forças armadas, 26 escolas superiores de arte e música e 103 escolas superiores especializadas.

Nas duas escolas superiores, constituídas pelas forças armadas, há cinco anos, os candidatos ao oficialato podem concluir um curso superior.

Com excepção a algumas academias religiosas, as universidades na R. F. A. pertencem ao poder público e estão sujeitas aos governos dos estados federais. Só as directrizes gerais universitários são legisladas pela Federação que, além disso, apenas financia parte dos seus edifícios.

As universidades dispõem duma grande autonomia nos seus assuntos internos e têm a liberdade de ensino. O Estado não pode ditar ou influenciar o conteúdo dos programas e currículos. Cada universidade tem a sua própria constituição o que leva a diferenças consideráveis entre elas. Umhas estão ainda divididas em faculdades, cada uma com várias áreas científicas sem relação entre elas. Mais moderna é a divisão em «institutos».

As universidades tradicionais são chefiadas por um reitor, eleito pelos professores catedráticos pelo período dum ano. Tal é um cargo honorífico, não desvinculando o docente das suas actividades didácticas. Outras universidades são dirigidas por um Presidente, eleito por vários anos e remunerado. Dedica-se ao seu cargo em tempo integral e não precisa de ser do corpo docente.

Antigamente, os professores catedráticos eram responsáveis pela auto-gestão das universidades e tratavam em grande parte do ensino científico. Mas recentemente, muitos outros docentes com diferentes funções e qualificações igualmente

participam. Assim, pelas reformas dos últimos quinze anos, também docentes de graus inferiores e estudantes são responsáveis pela auto-gestão universitária.

Existem universidades, Politécnicas, Escolas Superiores Técnicas, escolas superiores especializadas noutras matérias e Escolas Superiores de Pedagogia, onde se formam os professores das escolas primárias e principal. Nalguns estados federais, as Escolas Superiores de Pedagogia fazem parte integrante das universidades. Os alunos universitários concluem os seus estudos com o mestrado, diplomam-se ou doutoram-se ou prestam o exame de Estado.

A Escola Superior Especializada é um tipo de universidade relativamente novo. Oferece uma instrução baseada cientificamente numa determinada especialidade que leva directamente a uma profissão e que é incluída com uma graduação. As pessoas formadas por estas Escolas Superiores Especializadas, cujos diplomas são equivalentes aos dum nível técnico profissionalizante, podem entrar numa universidade.

Nalguns estados federais criaram-se também Escolas Superiores Integrais. Um modelo novo na República Federal da Alemanha é a Universidade por Correspondência, em Hagen, que começou a funcionar, em 1976, como Escola Superior Integral.

Em meados de 1979, havia quase 913.000 estudantes universitários na R. F. A., quase cinco vezes mais do que há vinte anos. Em 1977/78, 51.200 dos mesmos eram estrangeiros, quase vinte por cento. O número deles quintuplicou também nos últimos vinte anos. Mais do que a metade dos estrangeiros é proveniente dos países em desenvolvimento.

No semestre de inverno de 1952/53, só quatro por cento dos discentes universitários eram filhos de operários, ao passo que no semestre de verão de 1976 já eram treze — por outras fontes 19,2 por cento.

Em 1952/53, o pai de 34 por cento — em 1974/76 23 por cento — dos estudantes, que iniciavam os seus estudos universitários, era independente ou exercia uma profissão liberal,

o pai de 38 por cento — em 1974/75 21 por cento — era servidor público, o de 23 por cento — em 1974/75 35 por cento — trabalhava como empregado, o de quatro por cento — em 1974/75 18 por cento — era operário e o pai de um por cento — em 1974/75 três por cento — exercia outra profissão.

Há 25 anos, só um quinto dos discentes eram mulheres. Hoje, é um terço — por outra fonte 40 por cento.

Os estudantes têm muita liberdade na concepção do seu estudo. Administram as suas questões autonomamente. Têm um Parlamento Estudantil como «legislativo» e uma Comissão Geral de Estudantes como «executivo».

Nas universidades da R. F. A. não se cobram taxas de ensino. Eles mesmos ou os seus pais têm, porém, de arcar com as suas próprias despesas, mas para oferecer uma igualdade de chances, em 1971 foi introduzida a Lei Federal de Fomento à Instrução — ou da Formação — (BAFÖG) que foi alterada em 1977. Se o universitário ou os seus pais não conseguem pagar as despesas de alimentação, roupas, renda e livros didáticos, o Estado dá uma ajuda, cujo montante depende das rendas do discente ou das dos seus pais. Hoje, a metade dos alunos universitários e um terço dos estudantes liceais do 11.º ao 13.º ano são assim subsidiados pelo Estado. A subvenção máxima prevista é actualmente de 620 marcos mensais. Neste aspecto, as despesas do Estado quadruplicaram entre 1971 e 1977, subindo de 790 milhões para cerca de três bilhões de marcos.

A situação dos estudantes também é melhorada pela instalação e subvenção para as cantinas e residenciais universitárias. As vagas em conjuntos residenciais de estudantes foram elevadas de 60.000, em 1972, para cerca de 100.000, em 1977. Hoje, dez por cento dos alunos podem contar com uma vaga numa residência, arcando com uma renda bastante reduzida.

Desde 1971, os universitários são protegidos pelo seguro de acidentes e há cinco anos podem utilizar uma Caixa de Previdência, pagando relativamente pouco. Mesmo quando não se

pagam contribuições, o período de estudos é contado mais tarde na aposentadoria.

Em 1975/76, 184.000 universitários ou 21,9 por cento estudavam Economia e Ciências Sociais, 212.800 alunos ou 25,3 por cento tiravam Linguística e Ciências Humanas, 40.500 ou 4,8 por cento estavam num curso de Belas Artes e Design, 154.200 ou 18,4 por cento cursavam Engenharia, 17.300 ou 2,1 por cento estavam matriculados em Agronomia, Silvicultura e Nutricismo, 53.400 ou 6,3 por cento iam a aulas de Medicina, 131.600 ou 15,7 por cento estavam inscritos em Matemática e Ciências Naturais e os restantes 46.000 discentes ou 5,5 por cento aprendiam outras matérias.

Por outras fontes, de 1977, nas universidades e Escolas Superiores de Pedagogia havia 240.800 estudantes inscritos em Filosofia, Ciências Culturais e Desportos, 15.600 em Artes, 142.800 em Ciências Económicas e Sociais, 64.500 em Medicina, Odontologia e Veterinária, 16.300 em Agronomia, 68.400 em Engenharia e 127.900 em Matemática e Ciências Naturais.

17. *A entrada nas escolas superiores: o numerus clausus*

O número de alunos liceais aumentou consideravelmente de 850.000, em 1961, para 1,4 milhões, em 1971, e até para 1,7 milhões, em 1975. Correspondentemente aumentou também o número de candidatos às escolas superiores de 87.000, em 1971, para 163.000, em 1974, e para 172.000, em 1975. Desses só uma pequena parte tencionou não estudar nas universidades: 5,6 por cento, em 1971, 6 por cento, em 1974, e 8,8 por cento, em 1975. A percentagem dos candidatos ao ensino superior no grupo populacional de idade igual elevou-se de 4,8 por cento, em 1957, para 6,9 por cento, em 1962, para 11,2 por cento, em 1971, e até para 14,5 por cento, em 1974.

E também a percentagem de alunos liceais, que chegaram até ao exame de conclusão, subiu de 40 por cento, há poucos anos, a mais de 60 por cento. Uma boa parte dos outros 40 por

cento não fracassaram, mas transferiram-se para outros cursos, após o 10.º ano de escolar, o equivalente à conclusão da escola real.

Trata-se agora de conseguir que os filhos de trabalhadores e agricultores, que nas classes iniciais de muitos liceus representam de 17 a 20 por cento dos alunos — às vezes até mais —, não abandonem decepcionados e prematuramente essa escola, mas que continuem no liceu até à conclusão. Procura-se ajudar esses alunos com cursos extensivos ou assistência na preparação das lições.

As levias crescentes de estudantes, portanto, que pretendem tirar cursos universitários, conduziu à limitação de matrículas, o «*numerus clausus*», em certas matérias, especialmente em Medicina. Quinze por cento das vagas actualmente existentes estão sujeitas ao *numerus clausus*. Ou os discentes entram noutra universidade, noutra curso, ou ficam à espera ou, no pior dos casos, simplesmente desistem do estudo universitário.

A Central de Concessão de Vagas Universitárias, de Dortmund, distribui as vagas nos cursos sujeitos à limitação. São decisivos a nota média da conclusão do curso secundário — às vezes quase utópica — e a seguir o tempo de espera. À parte, consideram-se casos excepcionais graves. Oito por cento das vagas em matemática sujeitas ao *numerus clausus* e seis por cento nas matérias, onde o número de vagas é ainda menor, como Medicina, Odontologia, Veterinária e Farmacologia, estão reservadas aos candidatos estrangeiros.

Trinta por cento dos estudantes têm hoje uma idade superior a 26 anos. Em 1976, o aluno passava, em média, treze semestres ou seis anos e meio na universidade e nas Escolas Superiores Especializadas ficava durante 3,9 anos.

BIBLIOGRAFIA

- A Alemanha de hoje*, Gütersloh, 1979.
O ensino na República Federal da Alemanha, Bildug und Wissenschaft, Inter Naciones, Bonn, 1975.
República Federal da Alemanha — Información 15 — Educación y enseñanza escolar, Bonn, 1973.
República Federal da Alemanha — Informação 14 — Escolas Superiores, Bonn, 1979.
«In A die Schlaven, in C die Doofen», in: *Der Spiegel*, Hamburg, 15/1978, pp. 50-73, 16/1980, pp. 90-130, 27/1980, pp. 64-82 e 18/1980, pp. 58-72.

ÍNDICE

1. Introdução: fundamentos gerais.
2. A fase pré-escolar, os jardins de infância, infantários, o pré-primário.
3. A escola fundamental — do 1.º ao 4.º — ou 6.º — ano.
4. A escola principal — do 5.º ao 9.º — ou 10.º — ano.
5. A escola real média ou preparatória profissional — do 5.º — ou 7.º — ao 10.º ano.
6. O liceu — do 5.º — ou 7.º — ao 13.º ano.
7. Inovações no sistema escolar.
- 7.1 O curso de orientação — o 5.º e 6.º anos.
- 7.2 A escola integral — do 5.º ao 13.º ano.
8. A escola especial para deficientes físicos e mentais.
9. A segunda via de instrução.
10. Os professores escolares.
11. A formação dual: a aprendizagem (prática) — de dois a três anos e meios — e a escola profissional (teórica) — três anos.
12. A escola de especialização profissional — um ano.
13. A escola secundária especializada — o 11.º e 12.º anos.
14. A Escola Superior Especializada — a partir do 13.º ano.
15. A escola profissional básica ou o ano de formação básica profissional o 10.º ano.
16. As escolas superiores: vários tipos.
17. A entrada nas escolas superiores: o numerus clausus.